



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise**

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental

MINHA CASA MINHA VIDA: CONTRADIÇÕES NO DIREITO À CASA PRÓPRIA

**Ana Paula Francinete Ramos¹
Layse Inês Monteiro Maciel²
Welson de Sousa Cardoso³**

O presente trabalho tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica em andamento “O Programa Minha Casa Minha Vida: Satisfação e Perfil dos Beneficiários do Empreendimento Viver Melhor Marituba”, localizado no município de Marituba no estado do Pará na rodovia BR 316 no km 15. A pesquisa tem como objetivo analisar e identificar o processo de implementação do programa, assim como as condições das famílias no referido empreendimento.

A trajetória da política habitacional brasileira, historicamente foi marcada por um processo de exclusão principalmente da classe menos abastadas e vulnerável, que se perpetua hoje através das mesmas estratégias metamorfoseadas, “autoritária, precária e insuficiente” que se insere e se organiza a partir da “manutenção do poder econômico e político” dentro de um processo social de expansão e acumulação capitalista que, através da privatização, submete a subjetividade das pessoas a uma lógica ideológica de valorização da casa. Dessa forma, esse processo representa um impacto nas vidas das pessoas no tocante ao direito de não somente obter uma casa para morar, mas de habitar o espaço urbano.

A necessidade da investigação se deu mediante a particularidade do processo de inserção do programa na Região Metropolitana de Belém em um contexto tendencioso de expansão da malha urbana através da transformação da terra rural ou peri-urbana em urbana. Processo esse que se materializa pela concentração de construção de conjuntos habitacionais ao longo de uma área do eixo viário de expansão urbana a rodovia Augusto Montenegro e a área de interligação metropolitana a rodovia BR 316 onde se concentra um quadro de aquecimento do setor habitacional.

Dentro dessa conjuntura, a satisfação dos beneficiários de programas habitacionais se submete a ter uma casa própria em um lugar mais ou menos adequado em comparação ao seu antigo lar. Requisitos que podem ser considerados como indicadores de inclusão social que impacta a condição do viver das famílias é a questão da inserção urbana, a localização como elemento essencial para a efetivação do direito à moradia, e o padrão da unidade habitacional. Para compreender o objeto utilizou-se uma Tese, duas Dissertações e dois livros que trazem a discussão sobre o direito à cidade e o desenvolvimento da política habitacional brasileira dentro de um modelo neoliberal e

¹ Estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <francinefrancinete@gmail.com>.

² Estudante de Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <layse.m10@gmail.com>.

³ Doutor em Ciências Socioambientais, Professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e na Faculdade de Serviço Social (ICSA/UFPA) E-mail: <cardosow5@gmail.com>.

excludente, no qual prioriza atender o mercado imobiliário e a construção civil; quatro Leis e dois Decretos, que se referem acerca dos requisitos necessários para a implementação do PMCMV e a regularização fundiária; e uma tese e um livro referente a satisfação pós-ocupação dos beneficiários como análise de desempenho do programa.

A partir desta pesquisa bibliográfica e documental conclui-se que a situação dos moradores nesses conjuntos habitacionais reflete as condições de apropriação do solo urbano por parte desta população sem a real efetivação do direito à cidade. Isso se observa a partir de algumas características tais como a localização distante, a dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos públicos, a padronização das unidades habitacionais para as famílias, o comprometimento da renda familiar, a falta de emprego, a padronização da vida das famílias sem levar em conta as suas necessidades, tal situação nos remete a concluir que essas expressões da “Questão Social” são resultantes da apropriação cada vez maior do lucro por parte do capital.

Referências

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha casa ... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRASIL, Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.